

Notícias: junho a abril de 2013

Edital de assistência extrativista vai beneficiar 26 mil famílias na Amazônia

Serviço Florestal e Incra cooperam para o uso sustentável das florestas por produtores rurais

A maior chamada pública lançada por um órgão do governo federal para prover assistência técnica extrativista na Amazônia teve o apoio do Serviço Florestal Brasileiro (SFB). O edital, elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), contará com R\$ 132,5 milhões para beneficiar 26,5 mil famílias em unidades de conservação e projetos de assentamento.

O SFB, que tem atuado com comunidades desse bioma a fim de promover atividades econômicas com a conservação da floresta, contribuiu na definição do conteúdo da chamada e dos temas que seriam abrangidos. As parcerias para a preparação do edital envolveram também o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, a Coordenação Geral de Políticas Para Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente.

“Todas as vezes que os órgãos trabalham em cooperação, nossas ações ganham em eficácia e qualidade”, afirma a diretora de Fomento e Inclusão do SFB, Claudia Azevedo-Ramos.

Por meio dessa chamada, serão contratadas entidades de assistência técnica para atuar no planejamento, execução e avaliação dos processos de organização social e na implantação de atividades produtivas sustentáveis familiares e coletivas e nos processos de comercialização, visando a segurança alimentar, a inclusão produtiva e social dessas famílias e o incremento da renda. A seleção desses prestadores de serviço já foi realizada e teve o auxílio do SFB. A próxima etapa será a de assinatura dos contratos para a prestação das atividades por cerca de dois anos e meio.

A iniciativa permitirá um incremento significativo no número de famílias que terão auxílio para realizar o manejo de produtos não madeireiros, como a castanha e açaí, que são importantes fontes de renda para famílias da região Norte. Devem ser atendidos comunitários em 11 unidades de conservação e 90 projetos de assentamento nos estados do Acre, Amazonas e Pará.

Parcerias

O trabalho conjunto entre órgãos ambientais e o Incra permitiu que o edital considerasse, de forma harmônica, aspectos próprios quando se trata de apoiar

atividades voltadas aos extrativistas. Um exemplo está na necessidade realizar ações nos eixos de organização e gestão, produção e comercialização.

“A atuação nesses três eixos é fundamental para que as comunidades se tornem capazes de manejar a floresta de maneira planejada e organizada, bem como consiga escoar a sua produção”, afirma a coordenadora de Inclusão Produtiva do SFB, Sandra Afonso.

Comunitários e órgãos governamentais dos estados onde será prestado o apoio auxiliaram na discussão desses temas durante oficinas prévias à formulação do edital.

Monitoramento

Nesta cooperação, o SFB desempenhará ainda outros papéis. O órgão auxiliará tecnicamente na capacitação de agentes das entidades prestadoras de serviço, caso seja necessário, pois nas iniciativas do Serviço Florestal desenvolvidas com comunidades, os cursos sobre fortalecimento de organizações sociais, em gestão de empreendimentos e manejo florestal são uma constante.

O resultado final da assistência será avaliado por meio de indicadores em desenvolvimento, também com o auxílio do SFB e demais parceiros, que vão ajudar a mensurar o impacto desta ação e verificar os pontos que requerem maior atenção.

Segundo o Cadastro Nacional de Florestas Públicas, cerca de 50% dos mais de 300 milhões de hectares de florestas públicas da Amazônia são de uso comunitário, ou seja, são habitadas ou usadas por comunidades tradicionais, agricultores familiares e assentados da reforma agrária, o que inclui o público atendido pela chamada.

Publicado: quinta-feira, 27 de junho de 2013, 12h33.

Diretor de florestas da FAO conhece concessões florestais

Eduardo Rojas-Briales visita modelo brasileiro e diz que manejo florestal é caminho para aliar uso e conservação



A primeira concessão florestal federal do país foi palco de uma visita do diretor do Departamento Florestal da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) em Roma (Itália), Eduardo Rojas-Briales, no início do mês de junho.

Rojas-Briales conheceu a área sob concessão, localizada na Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia, acompanhado de autoridades do Serviço Florestal Brasileiro (SFB). Além de ver na prática como o manejo florestal é realizado dentro de uma área concedida, ele conheceu as indústrias das concessionárias e o processo de beneficiamento da madeira.

O diretor se declarou satisfeito com o que viu na floresta e na indústria. Comentou que iniciativas como as concessões, de dar valor à floresta em pé, são fundamentais para a conservação das florestas no mundo.

Segundo o diretor-geral do SFB, Antônio Carlos Hummel, o Brasil está no caminho certo e aberto a partilhar as experiências adquiridas com as concessões florestais. Hummel convidou a FAO a organizar um workshop global sobre o “estado da arte” das concessões florestais no mundo. Lembrou, ainda, que o caminho e a solução para uma economia sustentável e empregos verdes do setor madeireiro na Amazônia passa, necessariamente, pela concessão florestal nas terras públicas.

As concessões florestais brasileiras foram estabelecidas segundo um modelo que reúne benefícios ambientais, sociais e econômicos. A extração sustentável de madeira é realizada segundo as regras do manejo florestal sustentável, no qual apenas cerca de quatro árvores são extraídas das cerca de 500 que existem em um hectare. Como o ciclo de corte tem duração entre 25 e 30 anos, somente após esse período o manejo volta a ser realizado no mesmo local.

As concessionárias realizam o processamento local da madeira a fim de gerar produtos de maior valor agregado e são incentivadas a adotar práticas de excelência na gestão florestal que levem à maior eficiência na produção florestal, inclusive com aproveitamento de resíduos florestais e implantação de programas de qualidade.

No lado social, é item obrigatório que as concessionárias promovam investimentos em infraestrutura e serviços para a comunidade local. As empresas podem ainda

receber bonificações (desconto no valor da madeira que deve ser pago ao SFB) caso gerem mais postos de trabalho que aqueles inicialmente previstos e invistam na capacitação dos funcionários, por exemplo.

A concessão florestal na Flona do Jamari está em operação desde 2010. Além dela, há outra concessão em funcionamento na Flona Saracá-Taquera. Novos editais lançados e a serem lançados este ano ofertarão cerca de 1,1 milhão de hectares para o manejo florestal sustentável. A visita de Eduardo Rojas-Briales ao Brasil foi realizada de 3 a 6 de junho.

Publicado: segunda-feira, 17 de junho de 2013, 12h34.

Serviço Florestal contratará consultorias e prestação de serviços para atuação na Amazônia, Cerrado e Caatinga

Interessados podem adiantar-se às licitações públicas e já realizar cadastro no Sicaf, necessário para participar da concorrência

O Serviço Florestal Brasileiro abrirá licitações públicas para contratar entidades privadas com ou sem fins lucrativos a fim de atender os beneficiários do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) e Fundo Clima nos biomas Amazônia, Caatinga e Cerrado.

As licitações estão previstas para o início do segundo semestre do ano e serão realizadas na modalidade pregão eletrônico – em que os interessados apresentam suas propostas online, dentro de prazo previamente definido. Apenas entidades previamente habilitadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) podem concorrer ao pregão.

Para a Amazônia, serão contratados serviços em três temas, que são capacitação e assessoria para o fortalecimento da gestão de empreendimentos comunitários, assessoria para a comercialização de produtos florestais em unidades de conservação e capacitação de agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) em manejo florestal.

As entidades que vencerem os pregões para a Amazônia atenderão, ao todo, 17 associações e cooperativas que reúnem cerca de 3 mil famílias em municípios do Amazonas e do Pará, além de três instituições de Ater no Amapá, Maranhão e Pará. Os contratos terão duração de até 24 meses.

Já no bioma Cerrado, o objeto da contratação será a assistência técnica para o fortalecimento de empreendimentos de base comunitária, que abrange os temas beneficiamento de produtos florestais não madeireiros, gestão de empreendimentos, acesso a mercados e manejo de produtos não madeireiros

como pequi, buriti e baru. Serão beneficiados com esse apoio cerca de 540 famílias de cinco empreendimentos em municípios de Minas Gerais e Goiás.

Também será realizado pregão eletrônico voltado à prestação de atividades sustentáveis na Caatinga em dois temas: assistência técnica e extensão rural em manejo florestal para assentamentos da reforma agrária e do Programa Nacional do Crédito Fundiário no Ceará e no Piauí, além de capacitação de extensionistas em manejo florestal no Nordeste.

Cadastro

Entre os requisitos para participar das licitações está a experiência de trabalho no bioma em questão e a existência de corpo técnico multidisciplinar com experiência na área florestal. O pregão é aberto a organizações não governamentais (ONGs), organizações da sociedade civil de interesse público (oscip), empresas e outras entidades que se encaixem naquelas consideradas privadas com ou sem fins lucrativos.

Os participantes devem ficar atentos à necessidade de se inscreverem no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), que funciona como um registro de fornecedores do poder executivo federal, para poderem concorrer ao pregão.

Segundo o gerente de Capacitação e Fomento do SFB, João Paulo Sotero, existem muitas instituições que trabalham com os temas que serão contratados, mas nunca participaram de licitações públicas e não conhecem o Sicaf. "Assim, é fundamental que se cadastrem desde já para estarem aptas a concorrer", afirma.

As entidades que desejarem receber aviso eletrônico do SFB sobre os próximos pregões podem solicitar a inclusão no mailing do SFB por meio de um formulário disponível em [Cadastramento de Fornecedores](#). Todos os avisos de pregões serão publicados no Diário Oficial da União, com antecedência mínima de oito dias úteis para a data de abertura das propostas, e divulgados no sítio do Serviço Florestal.

Publicado: quinta-feira, 13 de junho de 2013, 12h37.

Fundos ambientais prorrogam prazo para receber projetos sobre manejo na Caatinga

30 de junho é a data final para agricultores familiares se candidatarem a apoio para a extração sustentável de produtos florestais no bioma e para instituições de assistência técnica e extensão rural concorrerem à capacitação de seus agentes em manejo florestal

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), e o Fundo Clima, do Ministério do Meio Ambiente, ampliaram o prazo para receber projetos de agricultores familiares e de instituições de assistência técnica e extensão rural que queiram apoio para atividades de uso sustentável da Caatinga. A data final, que era 16 de junho, passou para o dia 30 do mesmo mês.

Para os agricultores familiares, será oferecida assistência na elaboração e implementação do plano de manejo – documento que planeja e organiza a extração sustentável e deve ser aprovado no órgão ambiental – e também para a formulação do plano de negócios e acesso a crédito. Podem participar assentados dos programas nacionais da Reforma Agrária e Crédito Fundiário que estejam nos estados do Ceará e do Piauí, nos municípios de abrangência da chamada.

A outra chamada de projetos tem como foco instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos que realizam assistência técnica e extensão rural (Ater). Quem tiver seu projeto selecionado receberá capacitação em manejo florestal comunitário, em temas como organização social, técnicas de manejo e licenciamento. É preciso que, independente de onde as instituições localizam-se, os candidatos atuem na Caatinga da região Nordeste. O apoio a essas entidades tem como objetivo preparar técnicos no tema e auxiliar na difusão do manejo florestal.

Baseado em um conjunto de técnicas que permitem a extração de produtos florestais como lenha, carvão, estacas e frutos, de forma sustentável, o manejo florestal permite que essa atividade econômica seja realizada com a manutenção da vegetação e a conservação da biodiversidade da Caatinga. O bioma é um dos 34 hotspots mundiais, regiões de alta biodiversidade e por isso prioritárias para conservação. Além de se tornar uma fonte de renda para os assentados na época da seca, o manejo favorece a permanência do homem no campo e provê produtos legais para o mercado. No Nordeste, cerca de 30% da matriz energética está baseada em produtos florestais como o carvão e a lenha.

Para participar da seleção de projetos, os interessados devem preencher um formulário eletrônico disponível no site do SFB. A escolha dos projetos, no caso dos agricultores, levará em consideração critérios como número de famílias do assentamento interessadas na atividade florestal e a quantidade de cobertura

florestal da área. No caso das instituições de Ater, os parâmetros são distância da instituição a polos industriais consumidores de lenha e carvão, ter trabalhado com Ater nos últimos três anos e já ter executado, ou estar executando assistência técnica contratada por órgãos do governo estadual ou federal.

Os beneficiários serão atendidos por meio de instituições especializadas em prestar serviços, a serem contratadas via licitação pelo SFB, uma vez que o FNDF não atua com repasse direto de recursos para os projetos selecionados.

Atualmente, o apoio do FNDF na Caatinga envolve mais de 1.000 famílias em assentamentos para o manejo florestal comunitário em cerca de 10 mil hectares. Estudos realizados com comunidades beneficiadas mostraram que o manejo chega a gerar R\$ 8.400 de renda no ano por família, com a manutenção da vegetação, proporcionando aumento de renda e conservação de mais de 50% da cobertura florestal dos assentamentos.

Acesse as chamadas públicas [aqui](#). Interessados podem obter informações pelos telefones (61) 2028-7240/7235, fax (61) 2028-7237 e e-mail fndf@florestal.gov.br.

Publicado: terça-feira, 11 de junho de 2013, 12h59.

Comunidades receberão apoio para trabalhar com produtos do Cerrado

FNDF e Fundo Clima atenderão associações e cooperativas de Minas Gerais e Goiás que tiveram projetos selecionados para receber apoio em gestão de empreendimentos e manejo de produtos como pequi e baru

Os projetos que serão atendidos pela primeira chamada pública do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) e Fundo Clima para o Cerrado já foram escolhidos. Cinco associações e cooperativas em Minas Gerais e Goiás, que reúnem cerca de 540 famílias, vão receber apoio para trabalhar de forma sustentável com produtos desse bioma, que ainda mantém cerca de 50% de sua cobertura original.

Com esta atuação no Cerrado, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e Ministério do Meio Ambiente (MMA), gestores dos Fundos, buscam valorizar o bioma a partir do manejo de produtos não madeireiros – pequi, buriti e coquinho azedo, por exemplo. “A atividade contribui para a conservação do bioma, a geração de renda, o fortalecimento das organizacionais e a valorização cultural das comunidades do Cerrado”, afirma a coordenadora de Inclusão Produtiva do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Sandra Afonso.

Locais

Para fortalecer as ações já existentes para o Cerrado, a seleção priorizou municípios localizados em áreas de atuação do Plano Nacional para a Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. Além disso, as atividades que serão oferecidas levam em consideração os objetivos da Lei de Gestão de Florestas Públicas e as diretrizes do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado), por exemplo.

Foram selecionados os projetos da Cooperativa da Agricultura Familiar Sustentável com Base na Economia Solidária, de Arinos (MG), Associação Amigos de Areião e Adjacencias e Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativista de Pandeiros, ambos de Januária (MG), Cooperativa Regional de Produtores Agrissilvextrativista Sertão Veredas, de Chapada Gaúcha (MG), e Associação dos agricultores do Assentamento Atoleiro/Associação Cinthia Peter, de Mambaí (GO).

Assistência técnica

Cada uma das entidades receberá até 600 horas de assistência durante cerca de 24 meses nas áreas de beneficiamento de produtos florestais não madeireiros, gestão de empreendimentos e acesso a mercados, além de orientações sobre o manejo (boas práticas) de produtos como pequi, buriti, baru, mangaba e coquinho-azedo, que recentemente ganharam diretrizes mais robustas.

Segundo a coordenadora de Inclusão Produtiva do SFB, Sandra Afonso, o surgimento dessas diretrizes favoreceu que a chamada apoiasse as boas práticas, demanda que já havia sido manifestada pelas comunidades.

O manejo leva em conta as peculiaridades de cada espécie do Cerrado e adequa as atividades de campo para o melhor aproveitamento do produto, com sustentabilidade. Muitas vezes, consistem em mudanças simples, mas que geram diferenças significativas para o produtor. “O manejo aumenta a produção, a qualidade dos produtos e a sustentabilidade”. Um exemplo está no aguardo do melhor momento para coletar o fruto. O pequi, por exemplo, deve ser pego apenas quando já caiu da árvore.

Para prestar o apoio às cooperativas e associações selecionadas, o Serviço Florestal selecionará entidades especializadas na prestação de serviços para os beneficiários, uma vez que o FNDF não realiza repasse direto de recursos. A expectativa é que as atividades com as comunidades comecem no segundo semestre deste ano.

Publicado: sexta-feira, 07 de junho de 2013, 13h00.

Fundo Florestal e Fundo Clima apoiarão 20 projetos na Amazônia

Resultado das chamadas foi divulgado nesta segunda-feira, 03/06. Beneficiários incluem associações, cooperativas e instituições de assistência técnica e extensão rural

Cerca de três mil famílias e aproximadamente 70 agentes de extensão técnica e extensão rural na Amazônia vão receber apoio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) e do Fundo Clima para atividades ligadas ao uso sustentável da floresta.

Eles serão os beneficiários dos 20 projetos aprovados nas três chamadas públicas que o FNDF e o Fundo Clima, geridos, respectivamente, pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e pelo Ministério do Meio Ambiente, lançaram conjuntamente este ano. O resultado está disponível no Diário Oficial da União desta segunda-feira, 03/06. “Sempre que há sinergia entre esforços governamentais, as chances de sucesso de iniciativas aumentam exponencialmente e, nesse caso, quem ganha são as populações rurais da Amazônia”, afirma a diretora de Fomento e Inclusão do SFB, Claudia Azevedo-Ramos.

A chamada que oferecerá capacitação e assessoria para fortalecer a gestão de empreendimentos florestais de base comunitária foi a que teve o maior número de projetos selecionados, e atenderá 13 associações e cooperativas, sendo 11 localizadas no Pará e duas no Amazonas. Os beneficiários são de Almeirim (AM), Anapu (PA), Boa Vista do Ramos (AM), Carauari (AM), Porto de Moz (PA) e Santarém (PA).

Já outras quatro associações e cooperativas de moradores das Reservas Extrativistas (Resex) do Ituxi (AM), Verde para Sempre (PA), Tapajós-Arapiuns (PA) e da Floresta Nacional de Caxiuanã (PA) vão receber assessoria para a comercialização de produtos florestais, seja madeira ou produtos não madeireiros. Este foi o tema de outra chamada, voltada somente a extrativistas situados em unidades de conservação.

Além disso, três instituições de estados da Amazônia Legal terão seus agentes de assistência técnica e extensão rural capacitados no tema manejo florestal. O Instituto de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, em Pacajá (PA), a Associação em Áreas de Assentamento do Maranhão, em Pedreiras (MA), e o Instituto Estadual de Florestas do Amapá, em Macapá (AP), terão profissionais qualificados a apoiar a realização do manejo florestal por produtores rurais.

Com a seleção dos projetos concluída, o Serviço Florestal iniciará a próxima etapa, que consiste na contratação de instituições especializadas para prestar os serviços aos beneficiários. Esta forma de operação adotada pelo FNDF permite que se conheça quem demanda os serviços ofertados pelas chamadas e que o apoio seja

direcionado às necessidades desses públicos, “sem que para isso haja repasse de recursos financeiros a estas instituições, o que pode gerar enormes dificuldades para este público”, ressalta o gerente executivo de Capacitação e Fomento do SFB, João Paulo Sotero.

O FNDF está em operação há três anos e, além de apoiar atividades florestais sustentáveis na Amazônia, também tem atuado na Caatinga e na Mata Atlântica. Aproximadamente 100 projetos são apoiados atualmente nesses biomas.

Publicado: terça-feira, 04 de junho de 2013, 13h37.

Serviço Florestal assina nesta 4ª feira contratos de concessão para Flona de Jacundá

O Serviço Florestal Brasileiro, órgão do Ministério do Meio Ambiente, assina nesta quarta-feira, 5, os contratos de concessão florestal com a empresa que venceu a licitação para realizar a extração sustentável de madeira e de produtos não madeireiros em uma área de 87.000 hectares localizada na Floresta Nacional de Jacundá, em Rondônia. O contrato de concessão terá a duração de 40 anos.

Com a assinatura, as áreas sob concessão florestal federal no país aumentarão para cerca de 230 mil hectares, o que equivale a aproximadamente 1,5 vez o tamanho do município de São Paulo.

As concessões florestais seguem em crescimento, com o lançamento de novos editais. Desde a sexta-feira, 31/05, está aberto o edital para a concessão de 440.000 hectares no Pará, localizados na Floresta Nacional do Crepori, na região da Transamazônica e da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém).

Para o governo, as concessões representam uma nova forma de gerenciar o patrimônio florestal, com a oferta de madeira legal e sustentável, promoção da economia de base florestal, geração de empregos e contribuição para a redução do desmatamento e para a grilagem de terras. Para as empresas do setor florestal, as concessões representam uma forma de obter suprimento contínuo de matéria-prima florestal, de poder realizar investimentos de longo prazo e de ter segurança jurídica para suas atividades.

Serviço

Assinatura dos contratos de concessão para a Floresta Nacional de Jacundá (RO)

Quando: quarta-feira, 05 de junho

Horário: 10h

Local: Auditório do Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (Cenaflor/SFB) – SCEN Av. L4 Norte, Trecho 2 (dentro do complexo do Ibama) - Brasília - DF

Publicado: terça-feira, 04 de junho de 2013, 13h35.

Serviço Florestal participa de elaboração de relatório mundial de florestas da FAO



Representantes dos países que participam da elaboração do principal relatório sobre a situação das florestas no mundo, o *Global Forest Resources Assessment* (FRA, na sigla em inglês) reuniram-se na primeira quinzena do mês em Chiang Mai, na Tailândia, para tratar do FRA 2015.

O encontro, que teve a participação do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), esclareceu os participantes sobre que tipo de informações comporão o Relatório e como esses dados devem ser encaminhados. A reunião também marcou o início do trabalho dos países em produzir as informações que farão parte do relatório global de 2015.

“O Brasil tem trabalhado para identificar e organizar informações, e a qualidade de seus relatórios tem melhorado substancialmente, sendo que a produção dessas informações é produto do Sistema Nacional de Informações Florestais, o Snif”, afirma o diretor de Pesquisa e Informações Florestais do SFB, Joberto Freitas, que esteve no encontro. O SFB é o órgão que encaminha os dados referentes ao Brasil.

O conteúdo de cada FRA, produzido a cada cinco anos, sofre mudanças conforme emergem novas questões sobre as florestas, visando adequá-lo ao momento atual e assim ampliar sua capacidade de influenciar políticas, estimular a cooperação multilateral e ações para o uso sustentável dos recursos florestais.

Publicado: quarta-feira, 22 de maio de 2013, 13h40.

FNDF e Fundo Clima abrem chamadas para a Caatinga

Público-alvo inclui agricultores familiares de assentamentos da reforma agrária e do Programa Nacional do Crédito Fundiário, que terão apoio para extrair produtos florestais de forma sustentável. Também será oferecida capacitação em manejo florestal a extensionistas. Prazo vai até 16 de junho

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), e o Fundo Clima, do Ministério do Meio Ambiente, lançaram em parceria nesta sexta-feira, 17, duas chamadas de projetos que visam fortalecer o uso sustentável da Caatinga e, assim, contribuir para a manutenção desse bioma, o único exclusivamente brasileiro e que conta com cerca de 53% de sua cobertura original.

A primeira chamada é voltada a associações e cooperativas de assentamentos da reforma agrária e do Programa Nacional do Crédito Fundiário e vai apoiar a realização do manejo florestal sustentável, instrumento que permite obter lenha, carvão, frutos, estacas e forragem mantendo a vegetação e a biodiversidade.

Os projetos selecionados receberão assistência para a elaboração e implementação do plano de manejo – documento que planeja e organiza a extração sustentável e deve ser aprovado no órgão ambiental – e também para a formulação do plano de negócios e acesso a crédito. Podem participar pequenos produtores rurais do Ceará e do Piauí.

"A Caatinga é a melhor aliada do produtor rural do semiárido. O fomento ao seu uso econômico sustentável é chave para melhorar a renda desse produtor, garantir sua permanência na terra, abastecer o mercado com produtos legais e inibir o avanço da desertificação", afirma a diretora de Fomento e Inclusão do SFB, Claudia Azevedo-Ramos.

Extensionistas

Na segunda chamada, o foco são as instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos que realizam assistência técnica e extensão rural (Ater). Será oferecida capacitação em manejo florestal comunitário, abrangendo temas como organização social, técnicas de manejo e licenciamento. Os candidatos devem atuar na Caatinga da região Nordeste.

"O aumento da demanda pelo manejo florestal na Caatinga requer agentes de Ater qualificados para atuar no tema, o que nos levou a lançar esta chamada", diz o coordenador do Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (Cenaflor/SFB), Mauricio Marcon.

Os interessados têm até o dia 16 de junho para encaminharem seus projetos por meio de um formulário eletrônico disponível no site do SFB. Essas propostas serão

avaliadas e classificadas, sendo que o apoio será conferido pelo SFB através de contratação de instituições especializadas em cada tema, via licitação.

Atualmente, o apoio do FNDF na Caatinga envolve mais de 1.000 famílias em assentamentos para o manejo florestal comunitário em cerca de 10 mil hectares. Estudos realizados com comunidades beneficiadas mostraram que o manejo chega a gerar R\$ 8.400 de renda no ano por família, com a manutenção da vegetação, proporcionando aumento de renda e conservação de mais de 50% da cobertura florestal dos assentamentos.

Acesse as chamadas públicas [aqui](#). Interessados podem obter informações pelos telefones (61) 2028-7240/7235, fax (61) 2028-7237 e e-mail fndf@florestal.gov.br.

Publicado: sexta-feira, 17 de maio de 2013, 13h42.

Resultado de concessão na Flona de Jacundá (RO) é homologado

Aviso publicado no Diário Oficial da União já traz data para assinatura dos contratos que permitirão realização do manejo florestal durante 40 anos

O processo para concessão de mais de 110 mil hectares para o manejo na Floresta Nacional de Jacundá, em Rondônia, foi encerrado com a publicação, no Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira, 13/05, da homologação do resultado da licitação.

Com a conclusão do processo, a empresa Madeflona Industrial Madeireira Ltda, que venceu a concessão de duas Unidades de Manejo Florestal (UMFs), uma de 55 mil hectares e outra de 32,7 mil hectares, já pode assinar os contratos com o Serviço Florestal Brasileiro. Conforme publicado no DOU, a data será 5 de junho.

Ao todo, os candidatos à concessão apresentaram 11 propostas para o conjunto de UMFs da Flona de Jacundá, que incluía ainda uma terceira unidade de manejo, de 23,6 mil hectares. Para esta área, não houve candidato que atendesse aos critérios estabelecidos.

Manejo florestal

Por meio do contrato de concessão, a empresa receberá o direito de extrair, de forma sustentável, madeira e produtos não madeireiros da área durante 40 anos. Para tanto, deverá ser obedecida toda a legislação ambiental, que permite a extração de cerca de quatro árvores por hectare a cada três décadas, chamado de ciclo de corte.

A concessão florestal visa estimular a atividade madeireira de forma diferenciada, com geração de benefícios sociais, ambientais e econômicos. Por isso, as

empresas que participam do processo licitatório têm suas propostas avaliadas em aspectos como número de empregos que serão gerados, aproveitamento de resíduos florestais e investimentos em infraestrutura e serviços para a comunidade local.

Já existem duas áreas sob concessão florestal federal em operação no país. A primeira está em Rondônia, na Floresta Nacional do Jamari, e outra no Pará, na Floresta Nacional Saracá-Taquera. Juntas, somam aproximadamente 150 mil hectares em contratos de concessão.

Publicado: segunda-feira, 13 de maio de 2013, 13h45.

Comunidades de Trairão, no Pará, terão apoio do Serviço Florestal para manejar açaí

Atividades compreendem apoio a produção e comercialização para 70 produtores



Foto: Serviço Florestal Brasileiro.

Uma reunião pública realizada no distrito Bela Vista do Caracol, no município de Trairão (PA), no dia 26/04, reuniu representantes do governo local, organizações da sociedade civil e de comunidades que extraem produtos da palmeira açaí para apresentar as atividades que o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) desenvolverá na região para fortalecer essa cadeia produtiva.

As ações visam fomentar a produção e a comercialização realizada pelas comunidades locais que manejam a espécie, fonte dos produtos não madeireiros mais importantes para o município. O apoio também deve auxiliar os comunitários a se inserirem em uma cadeia produtiva da qual o Pará é maior produtor nacional. O estado gerou mais de 100 mil toneladas de frutos e quase 5 mil toneladas de palmito - que pode ser obtido dessa palmeira - em 2011, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“Diversas comunidades e famílias sobrevivem da extração do palmito e do fruto do açaí. Com assistência técnica, poderão melhorar suas atividades produtivas e conquistar novos mercados”, afirma a engenheira florestal da Unidade Regional do Distrito Florestal da BR-163 do SFB, Daniela Pauletto.

Manejo

Para os produtores rurais que extraem palmito, será oferecida assistência técnica e capacitação com o objetivo de auxiliá-los na adoção de técnicas sustentáveis de exploração, além de orientações sobre o licenciamento da atividade e apoio para a comercialização. Já para aqueles que trabalham com o fruto, será ofertado apoio para a comercialização.

Essas demandas foram identificadas com auxílio do Grupo de Trabalho Açaí (GT), surgido no âmbito das reuniões do Conselho Consultivo das Florestas Nacionais de Itaituba I e II e do Trairão, as quais possuem forte potencial extrativista. O SFB é uma das instituições que integra o GT.

No total, 70 produtores do município de Trairão serão selecionados para receber a assistência técnica. Visitas de mobilização foram realizadas nas comunidades da região entre os dias 23 e 25/04 para convidar os agricultores para a reunião pública.

As próximas etapas vão incluir inventário participativo das áreas, elaboração de projetos de manejo, auxílio para o cadastramento em órgãos oficiais, oficinas de boas práticas e elaboração e submissão de proposta para acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Os resultados serão monitorados a partir de uma linha de base que será construída a partir do diagnóstico socioprodutivo das unidades de produção que serão beneficiadas. As atividades serão executadas pelo Instituto Socioambiental Flora Nativa do Pará, contratado pelo SFB.

Publicado: quinta-feira, 02 de maio de 2013, 13h46.

Formulação de política estadual de manejo comunitário do Pará tem participação do Serviço Florestal



Foto: Serviço Florestal Brasileiro.

O Pará tem mais de 38 milhões de hectares de florestas de uso comunitário, e para que os povos e comunidades que habitam essas áreas conquistem melhores condições de vida, o estado conduz atualmente um processo de elaboração da política estadual de manejo florestal comunitário e familiar que conta com a participação do Serviço Florestal Brasileiro (SFB).

No início de abril, foi concluída uma das etapas para a formulação da política, a realização de oficinas em sete localidades – Altamira, Marabá, Breves, Portel, Igarapé-Miri, Santarém e Itaituba. O SFB esteve nas duas últimas, e trouxe sua experiência como órgão federal que executa ações de apoio ao manejo florestal comunitário.

O objetivo dos encontros foi receber da população local contribuições para a política estadual de manejo comunitário e garantir que as particularidades regionais no uso das florestas integrem esse instrumento que vai nortear as ações de apoio no estado.

Além de participar dos debates, o SFB também auxiliou a realização das oficinas em aspectos técnicos e operacionais, como a construção da metodologia para o encontro de Santarém (PA) – onde está localizada a Unidade Regional do Distrito Florestal Sustentável da BR-163 do SFB –, na mobilização dos manejadores para o evento e na facilitação de temas como as dificuldades locais e regionais no que tange a floresta, manejo e comunidade.

Das experiências de uso da floresta à regularização ambiental e fundiária, foram debatidos os principais desafios ligados ao manejo comunitário, como assistência técnica, crédito e fomento, assessoria jurídica, organização comunitária, apoio institucional e conceitos e diretrizes para o manejo florestal comunitário e familiar.

Proposta de política estadual

Com o encerramento da rodada de oficinas, o próximo passo será a realização de consultas públicas que terão como ponto de partida uma minuta da política estadual elaborada com as contribuições obtidas com a população.

Esse documento será discutido no Grupo de Trabalho (GT) que apoia o Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará (Ideflor) a qualificar os aspectos técnicos e jurídicos referentes à criação do projeto de lei que estabelecerá a política estadual de manejo comunitário. Ao todo, 15 instituições participam do GT, que reúne o Serviço Florestal e organizações governamentais, não governamentais, universidades, órgãos públicos e bancos.

O SFB realiza no estado uma série de atividades para fortalecer o manejo florestal comunitário, a exemplo do apoio a moradores de reservas extrativistas e florestas nacionais com assistência para elaborar e operar planos de manejo, capacitação de extensionistas e estudantes de escolas técnicas, apoio à gestão de empreendimentos florestais e comercialização de produtos.

Publicado: quinta-feira, 25 de abril de 2013, 13h48.

Laboratório de Produtos Florestais tem novo chefe

Centro especializado do Serviço Florestal Brasileiro que realiza pesquisas na área de tecnologia da madeira e produtos florestais está sob a direção do engenheiro florestal Paulo Fontes



Foto: Serviço Florestal Brasileiro.

O engenheiro florestal Paulo Fontes é o novo chefe do Laboratório de Produtos Florestais (LPF), centro especializado do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) que atua na geração e difusão de conhecimento em tecnologia de madeira e outros produtos florestais. Ele substitui o também engenheiro florestal Varlone Martins, que esteve na direção do LPF nos últimos quatro anos.

Fontes está entre os pesquisadores mais experientes do LPF, onde ingressou há quase três décadas. É mestre e doutor em Ciências Florestais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pela Universidade de Brasília (UnB), respectivamente, e

combina em sua trajetória tanto o perfil técnico e científico quanto o gerencial. A direção do LPF já foi, inclusive, ocupada por ele no período de 1985 a 1987.

Ao retornar ao cargo nesta nova ocasião, o dirigente terá à frente a missão de fortalecer a realização de pesquisas, seja por meio do estabelecimento de parcerias, da busca pelo ingresso de novos pesquisadores a fim de manter a capacidade científica do centro especializado, ou com a possível abertura de novas áreas de estudo. “O desenvolvimento florestal requer uma área de pesquisas forte e o LPF tem expertise para isso”, afirma.

Energia da madeira

Paulo Fontes atua na área de energia da madeira e foi responsável por implantar esse campo de estudos no LPF. “Não havia nada, ou muito pouco sendo estudado sobre energia da madeira no início dos anos 1980. Mas o país vivia os reflexos da crise do petróleo e era necessário encontrar fontes energéticas alternativas”, diz.

Foi nesse contexto que iniciaram as pesquisas no LPF sobre processos físicos de densificação da biomassa e resíduos florestais que pudessem ser transformados para uso como combustível, o que deu origem a briquetes (chamada de “lenha ecológica”) de diversos materiais agrícolas e florestais de forma pioneira no país, e a pellets, uma variação do produto anterior.

Hoje, o LPF conta com diversas pesquisas realizadas com o objetivo de valorizar a biomassa florestal para produção de energia, envolvendo técnicas de tomografia computadorizada, de densimetria de Raios-X, de tratamentos térmicos (torrificação de madeira e biomassa), de gaseificação e de pirólise rápida, por exemplo. Estudos pioneiros do LPF sobre briquetagem de resíduos ajudaram a difundir essa técnica e atualmente, existem cerca de 150 usinas de briquetagem no país.

Carreira

A trajetória profissional do novo chefe do LPF inclui, além do trabalho no LPF, a ocupação de cargos de gerência no Ibama, do qual o Laboratório fez parte até a criação do SFB, em 2006. Paulo foi coordenador de Manejo Florestal, depois chefe do Departamento de Recursos Florestais e coordenador geral de Gestão dos Recursos Florestais no órgão, de 1995 a 2003.

De volta ao LPF, voltou a realizar pesquisas e, agora, a estar novamente no cargo de chefia. O posto traz a oportunidade de traçar estratégias de ação que fortaleçam as contribuições do LPF, e consequentemente, do SFB, para o setor florestal. “As perspectivas são boas e positivas. Precisamos fortalecer a pesquisa florestal no âmbito do Serviço Florestal Brasileiro”, afirma.

Publicado: segunda-feira, 15 de abril de 2013, 13h51.

Inventário Florestal Nacional é tema em reunião com órgãos do Amazonas

Apresentar o Inventário Florestal Nacional e buscar o apoio do Amazonas como parceiro na implementação dessa iniciativa foram os objetivos de uma série de reuniões entre o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e órgãos do estado realizadas na sexta-feira, 12/04. O diretor de Pesquisas e Informações Florestais do SFB, Joberto Freitas encontrou-se com a secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Nádia Ferreira, e com representantes da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS), Centro Estadual de Unidades de Conservação (Ceuc), Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) e Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (Idam). Para a realização na Amazônia Legal, o Inventário contará com recursos de R\$ 65 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) obtidos por meio do Fundo Amazônia. O IFN abrangerá cerca de 2.500 pontos amostrais no Amazonas, nos quais serão levantados a qualidade e a quantidade das florestas. Serão priorizados o sul do estado e a região metropolitana de Manaus para o início dos trabalhos no estado.

Publicado: segunda-feira, 15 de abril de 2013, 13h49.

Treinamento prepara início do Inventário Florestal Nacional no Rio Grande do Sul

Equipes serão treinadas até o dia 16 de abril em Frederico Westphalen, no noroeste gaúcho

As equipes que vão percorrer o Rio Grande do Sul para levantar a qualidade e a quantidade das florestas do estado já estão em treinamento. A capacitação é promovida na cidade de Frederico Westphalen pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), que coordena a realização do Inventário Florestal Nacional (IFN) no país.

O curso ocorre até terça-feira, 16/04, com o objetivo de preparar os profissionais para ir a campo e coletar as informações do estado do Rio Grande do Sul que somarão o Inventário Florestal Nacional.

Durante as aulas teóricas e práticas que somarão oito dias, os técnicos vão conhecer melhor o Inventário e sua metodologia, ter informações sobre como planejar o trabalho em campo, saber que dados precisam ser coletados e como fazer isso, além de ter a oportunidade de simular o trabalho em áreas florestais para que o levantamento seja bem-sucedido.

A capacitação é voltada a 17 técnicos da empresa Saltus Consultoria Ambiental e Florestal, que venceu a licitação pública para realizar o IFN em parte do RS. No estado, o Inventário é viabilizado com recursos do Fundo Global para o Meio

Ambiente (GEF, na sigla em inglês), operados por meio da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Na prática

As orientações recebidas no treinamento serão usadas para realizar o Inventário no estado, que abrangerá cerca de 200 pontos distribuídos pelo noroeste gaúcho, cobrindo uma área de 65 mil quilômetros quadrados que representa aproximadamente 25% do Rio Grande do Sul. “Priorizamos esta região por apresentar alta ocorrência de florestas no estado”, diz o gerente de Informações Florestais do SFB, Daniel Piotto. Os pampas serão incluídos no IFN posteriormente.

O trabalho em campo consistirá na coleta de informações sobre cobertura florestal, espécies de árvores, diâmetro e altura delas, condição fitossanitária, entre outros. Esses dados mostrarão como está a biodiversidade das florestas do estado, se essas florestas estão fragmentadas ou não e onde a vegetação é mais recente, em decorrência de atividades humanas, e onde é mais antiga, por exemplo.

Por meio do IFN, serão geradas e disponibilizadas informações sobre o estado das florestas brasileiras, úteis para planejar o uso dos recursos florestais e definir políticas públicas de uso e conservação, conforme a realidade das diferentes regiões do país. O Rio Grande do Sul é o quarto estado a iniciar o Inventário, após o Distrito Federal, Santa Catarina e Paraná.

Publicado: quinta-feira, 11 de abril de 2013, 13h52.

Pesquisadora do Serviço Florestal se torna 1ª brasileira a integrar uma Comissão Científica da Cites

Especialista em Anatomia e Morfologia da Madeira, Vera Coradin, do Laboratório de Produtos Florestais (LPF/SFB) fará parte de grupo de 12 especialistas que prestam aconselhamento científico para o Comitê de Flora da CITES



A Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (Cites), um dos mais importantes instrumentos para proteger animais e plantas do desaparecimento, terá, pela primeira vez, um representante do Brasil no Comitê Científico.

A pesquisadora do Laboratório de Produtos Florestais (LPF) do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Vera Rauber Coradin, vai ocupar uma das duas vagas destinadas a representante das Américas do Sul, Central e Caribe durante os próximos três anos. Formado por 12 especialistas, o Comitê reúne integrantes da África, Ásia, Europa, América do Norte e Oceania.

É esse grupo que alerta sobre espécies que são objeto de comércio internacional, presta aconselhamento científico e elabora resoluções a serem consideradas pelas Conferências das Partes (COP) da Cites, ocasião em que os 178 países-membros tomam decisões que podem restringir o comércio de plantas e animais em risco de extinção.

O mogno, o pau-brasil, o jacarandá-da-bahia, o cedro, o pau-rosa, o xaxim, além de todas as orquídeas, cactus e algumas bromélias têm o comércio internacional controlado devido à inclusão na Cites. O Brasil é signatário do acordo desde 1975.

Identificação da madeira

Vera é doutora em Ecologia e há mais de 30 anos atua nas áreas de Morfologia e Anatomia da Madeira. Desde 2004, a especialista exerce atividades ligadas à Cites, quando o LPF passou a contribuir, como autoridade científica brasileira da Cites, na elaboração de pareceres científicos ligados à emissão de licenças para produtos ou subprodutos de espécies listadas na Convenção em relação a espécies madeireiras.

Esses pareceres avaliam, por exemplo, se o manejo da espécie florestal atende às normas legais, e se a forma como o produto foi obtido não contribui para sua extinção. Com base nessas informações, o Ibama, que é a autoridade administrativa da Cites no país, concede ou não a autorização para exportação. Segundo a coordenadora de Acesso aos Recursos Florestais e Recuperação de Áreas Degradas do Ibama, Claudia Mello, que trabalha com as solicitações de licenças, a escolha de uma pesquisadora brasileira é um reconhecimento da qualificação dos pesquisadores do país.

É, ainda, segundo a coordenadora, uma oportunidade para fortalecer a região e a atuação brasileira na Convenção. “A escolha permite um trabalho mais ativo e propositivo na Cites. O Brasil terá a oportunidade de trabalhar para o fortalecimento da região, no âmbito da Convenção”, afirma.

Saiba mais

Cerca de 5.000 espécies de animais e 29.000 de plantas são protegidos pela Cites, e estão agrupados em três categorias, conforme o grau de ameaça que o comércio internacional exerce sobre elas. O Anexo I traz as espécies já em risco de extinção e com controle mais rigoroso. O jacarandá-da-bahia, bastante usado em instrumentos musicais, faz parte desse grupo.

No Anexo 2, estão espécies que, embora não se encontrem necessariamente em perigo de extinção, poderão chegar a esta situação, e no Anexo 3, aquelas incluídas a pedido do país interessado, cuja exploração necessita ser restrita ou impedida e que requer a cooperação no seu controle.

A Cites estima, conservadoramente, que apenas o comércio de animais incluídos no Anexo 2 tenha movimentado cerca de 2,2 bilhões de dólares entre 2006 e 2010. As transações internacionais variam de animais vivos e plantas a um vasto leque de produtos de vida selvagem deles derivados, como produtos alimentícios, artigos de couro exóticos, instrumentos musicais de madeira e medicamentos, por exemplo.

Publicado: terça-feira, 09 de abril de 2013, 13h54.

Fundos ambientais abrem chamadas para atividades florestais na Amazônia

Assessoria é voltada a associações e cooperativas que gerem empreendimentos florestais, a extrativistas em unidades de conservação que comercializam produtos madeireiros e não madeireiros, e à capacitação de agentes de extensão rural

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), gerido pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), e o Fundo Clima, gerido pelo Ministério do Meio Ambiente, abriram em parceria três chamadas de projetos para apoiar atividades sustentáveis na Amazônia. Serão empregados até R\$ 2 milhões para o fomento dessas ações. O prazo para submissão vai até 5 de maio.

A primeira chamada é voltada a associações e cooperativas comunitárias que queiram receber capacitação e assessoria para gerir seus empreendimentos florestais. Podem concorrer interessados do Amapá, Amazonas, Pará e Rondônia.

O gerente de Fomento e Capacitação do SFB, João Paulo Sotero, afirma que o intuito é contribuir para a melhoria dos processos e amadurecimento dos negócios florestais. "O empreendimento mais organizado tende a gerar mais benefícios sociais, econômicos e a manter a floresta em pé. Fortalecer os empreendimentos florestais comunitários é fortalecer o uso sustentável da floresta", afirma.

Extrativistas situados em unidades de conservação federais e que comercializem produtos florestais – seja madeira ou produtos não madeireiros como açaí,

castanha, copaíba ou andiroba – são o foco da segunda chamada de projetos. Serão apoiados projetos no Amazonas e no Pará por um período de até 24 meses. “Entre outras ações, será elaborado um plano de negócios participativo, e prestada assessoria para acesso a políticas de compras públicas e formalização de contratos de comercialização”, afirma a gerente de Florestas Comunitárias do SFB, Elisangela Sanches Januário.

Extensionistas

A terceira chamada de projetos é destinada a agentes de assistência técnica e extensão rural de instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos, com interesse na formação profissional relacionada ao manejo florestal para atuação na Amazônia. Será oferecida uma capacitação de 160 horas que incluirá temas como organização social para o manejo florestal; manejo florestal madeireiro e não madeireiro, e acesso a crédito.

O coordenador do FNDF, Fábio Chicuta, ressalta que o fomento acontece em duas etapas. "Na primeira o SFB busca caracterizar a demanda dos beneficiários por meio das Chamadas. Na etapa seguinte, o órgão realiza licitação pública para contratar instituições especializadas em cada tema, que irão executar os serviços àqueles que tiveram seus projetos selecionados" diz.

O FNDF tem a missão de fomentar o desenvolvimento de atividades florestais sustentáveis e promover a inovação tecnológica no setor. Foi regulamentado em 2010 e, desde então, o Fundo apoia, individualmente e em conjunto com o Fundo Clima, 98 projetos nos biomas Mata Atlântica, Amazônia e Caatinga.

Acesse as Chamadas e outras informações [aqui](#).

Publicado: segunda-feira, 08 de abril de 2013, 11h20.

Chamadas públicas do FNDF



CHAMADAS 2013

Amazônia

Lançamento

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) lança três chamadas para projetos voltados ao fomento atividades florestais sustentáveis na Amazônia para serem apoiados, por meio do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), conforme documentos publicados abaixo.

Capacitação e assessoria para o fortalecimento da gestão de empreendimentos florestais de base comunitária na Amazônia

Chamada Pública FNDF/FNMC Nº 01/2013

Data Final para o envio de projetos: 19/maio/2013.

[Edital](#)

[Formulário](#)

[Perguntas mais frequentes](#)

Assessoria para a comercialização de produtos florestais de Unidades de Conservação Federais de Uso Sustentável no Amazonas e Pará

Chamada Pública FNDF/FNMC Nº 02/2013

Data Final para o envio de projetos: 19/maio/2013.

[Edital](#)

[Formulário](#)

[Perguntas mais frequentes](#)

Capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural para o fortalecimento do manejo florestal na Amazônia

Chamada Pública FNDF/FNMC Nº 03/2013

Data Final para o envio de projetos: 19/maio/2013.

[Edital](#)

[Formulário](#)

[Perguntas mais frequentes](#)

Chamadas 2012

Caatinga

Projetos selecionados

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) divulga a lista dos projetos de fomento ao uso sustentável da caatinga aprovados para serem apoiados, por meio do Fundo

Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), nas chamadas públicas Nº08/2012 e Nº09/2012, abaixo.

Assistência técnica e extensão rural para o fortalecimento do manejo florestal comunitário e familiar na Caatinga (Nº08/2012)

Chamada Pública FNDF/FNMC Nº 08/2012

Data Final para o envio de projetos: 12/08/2012. Divulgação dos Resultados: 24/08/2012.

[Edital](#)

[Formulário](#)

[Perguntas mais frequentes](#)

[Projetos aprovados](#)

Assistência técnica para a promoção do uso sustentável de recursos florestais da Caatinga em polos industriais (Nº09/2012)

Chamada Pública FNDF/FNMC Nº 09/2012

Data Final para o envio de projetos: 12/08/2012. Divulgação dos Resultados: 24/08/2012.

[Edital](#)

[Formulário](#)

[Perguntas mais frequentes](#)

[Projetos aprovados](#)

Assistência técnica e extensão rural para o fortalecimento do Manejo Comunitário e Familiar na Caatinga

Chamada Pública FNDF/FNMC Nº 01/2012

Data Final para o envio de projetos: 27/05/2012. Divulgação dos Resultados: 11/06/2012.

[Edital](#)

[Formulário](#)

[Perguntas mais Frequentes](#)

[Mapa](#)

[Projetos aprovados](#)

Apoio à formação profissionalizante para o fortalecimento do Manejo Florestal de uso múltiplo da Caatinga

Chamada Pública FNDF/FNMC Nº 02/2012

Data Final para o envio de projetos: 27/05/2012. Divulgação dos Resultados: 11/06/2012.

[Edital](#)

[Formulário](#)

[Perguntas frequentes](#)

[Mapa](#)

[Projetos aprovados](#)

Capacitação de Técnicos e extensionistas para o fortalecimento do Manejo Florestal de uso múltiplo da Caatinga

Chamada Pública FNDF/FNMC Nº 03/2012

Data Final para o envio de projetos: 27/05/2012. Divulgação dos Resultados: 11/06/2012.

[Edital](#)

[Formulário](#)

[Perguntas mais frequentes](#)

[Projetos aprovados](#)

Assistência técnica para a promoção do uso sustentável de recursos florestais da caatinga em polos industriais

Chamada Pública FNDF/FNMC Nº 04/2012

Data Final para o envio de projetos: 27/05/2012. Divulgação dos Resultados: 11/06/2012.

[Edital](#)

[Formulário](#) (atualizado em 9/5)

[Perguntas mais frequentes](#)

[Mapa](#)

[Projetos aprovados](#)

Amazônia

Projetos selecionados

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB), por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), divulga os projetos selecionados para fomentar atividades florestais sustentáveis na Amazônia. Cerca de R\$ 2 milhões serão destinados aos projetos.

Apoio à formação profissionalizante para o fortalecimento do Manejo Florestal na Amazônia

Chamada Pública FNDF Nº 05/2012

Data Final para o envio de projetos: 17/06/2012. Divulgação dos Resultados: 29/06/2012.

[Edital](#) (atualizado em 1 de junho de 2012)

[Formulário](#)

[Perguntas mais frequentes](#)

[Projetos selecionados](#)

Capacitação de Técnicos e extensionistas para o fortalecimento do Manejo Florestal na Amazônia

Chamada Pública FNDF Nº 06/2012

Data Final para o envio de projetos: 17/06/2012. Divulgação dos Resultados: 29/06/2012.

[Edital](#) (atualizado em 1 de junho de 2012)

[Formulário](#)

[Perguntas mais frequentes](#)

[Projetos selecionados](#)

Capacitação e assistência técnica para o fortalecimento da gestão de negócios florestais na Amazônia.

Chamada Pública FNDF Nº 07/2012

Data Final para o envio de projetos: 17/06/2012. Divulgação dos Resultados: 29/06/2012.

[Edital](#) (atualizado em 1 de junho de 2012)

[Formulário](#)

[Perguntas mais frequentes](#)

[Projetos selecionados](#)

Chamadas 2010

O Serviço Florestal Brasileiro lançou quatro chamadas para a seleção de projetos a serem apoiados com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF). Estima-se que cerca de R\$2 milhões serão destinados aos projetos. As chamadas foram estabelecidas de acordo com as prioridades do Plano Anual de Aplicação Regionalizada para 2010. As áreas escolhidas envolvem as regiões de atuação de três das quatro unidades regionais do Serviço Florestal.

Os resultados das chamadas indicam apenas a ordem de classificação do processo de seleção, dos projetos não classificados e não elegíveis, quando for o caso. Os projetos classificados serão apoiados segundo sua ordem de

classificação e nos limites dos recursos disponíveis para contratação dos serviços de capacitação e assistência técnica demandados.

Material de apoio - O guia sobre Diagnóstico Rural Participativo elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário pode apoiar o preenchimento dos formulários. [Acesse aqui](#)

Fortalecimento da Produção de Sementes de Espécies Florestais Nativas para a Restauração Florestal da Mata Atlântica na Região Nordeste.

Chamada Pública SFB/FNDF Nº 1/2010:

Data Final para o envio de projetos: 12/09/2010. Divulgação dos Resultados: 08/10/2010.

[Edital](#)

[Formulário](#)

[Perguntas frequentes e orientações aos interessados](#)

[Resultado](#)

Fortalecimento da Produção de Mudas de Espécies Florestais Nativas para a Restauração Florestal da Mata Atlântica na Região Nordeste.

Chamada Pública SFB/FNDF Nº 2/2010:

Data Final para o envio de projetos: 12/09/2010. Divulgação dos Resultados: 08/10/2010.

[Edital](#)

[Formulário](#)

[Perguntas frequentes e orientações aos interessados](#)

[Resultado](#)

Fortalecimento do Manejo Florestal Sustentável da Caatinga junto a Assentamentos no Estado Piauí.

Chamada Pública SFB/FNDF Nº 3/2010:

Data Final para o envio de projetos: 12/09/2010. Divulgação dos Resultados: 08/10/2010.

[Edital](#)

[Formulário](#)

[Perguntas frequentes e orientações aos interessados](#)

[Resultado](#)

[Legislação ambiental pertinente](#)

Fortalecimento do Manejo Florestal Comunitário e Familiar nas Reservas Extrativistas da Região Norte.

Chamada Pública SFB/FNDF Nº 4/2010:

Data Final para o envio de projetos: 12/09/2010. Divulgação dos Resultados: 08/10/2010.

[Edital](#)

[Formulário](#)

[Perguntas frequentes e orientações aos interessados](#)

[Resultado](#)

Publicado: sexta-feira, 05 de abril de 2013, 15h53.

Plano de Outorga Florestal 2014 está aberto a consulta pública

Interessados podem encaminhar sugestões até o dia 5 de maio



O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) abriu para consulta pública o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) 2014, documento elaborado anualmente com o objetivo de planejar a produção florestal sustentável por intermédio da concessão de florestas públicas. O prazo para envio de sugestões vai até 5 de maio.

As sugestões podem ser encaminhadas por órgãos federais, estaduais e municipais ou qualquer cidadão. Elas serão avaliadas para a elaboração do documento final, que será publicado até 31 de julho. O PAOF descreve as áreas que poderão ser submetidas à concessão, meio pelo qual empreendedores podem ter acesso a florestas públicas para praticar manejo florestal sustentável e explorar produtos e serviços.

Esse ano, além das áreas em florestas nacionais, o Plano destaca duas áreas de florestas públicas não destinadas de domínio da União com interesse do SFB. No total, o PAOF 2014 traz 14 áreas que totalizam mais de 4,5 milhões de hectares.

O PAOF é um documento instituído pela Lei de Gestão de Florestas Públicas, Lei nº 11.284/2006 e sua elaboração envolve consulta ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade para a definição das florestas nacionais, ao Conselho de Defesa Nacional, uma vez que envolve áreas em região de fronteira, à Secretaria do Patrimônio da União e à Comissão de Gestão de Florestas Públicas.

As contribuições devem ser enviadas para o e-mail planejamento@florestal.gov.br. Para acessar a versão preliminar do Plano, [clique aqui](#).

Publicado: sexta-feira, 05 de abril de 2013, 13h27.

Viveiros apoiados pelo SFB participam de intercâmbio para fortalecer restauração da Mata Atlântica

Os viveiros que receberam apoio do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) para melhorar a produção de mudas voltadas à restauração da Mata Atlântica participaram de um intercâmbio de experiências nos dias 01 e 02/04, na Floresta Nacional de Nísia Floresta, a cerca de 30 quilômetros de Natal (RN).

Os participantes discutiram e refletiram sobre as mudanças ocorridas em cada viveiro após a assistência técnica prestada Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), gerido pelo SFB, por meio de uma empresa contratada para esse fim. Cada beneficiário recebeu assistência técnica de acordo com suas necessidades, levantadas durante um diagnóstico participativo. O apoio oferecido incluiu uma capacitação de 40 horas sobre produção de mudas, e visitas técnicas realizadas no período de setembro de 2012 a fevereiro de 2013.

O auxílio visou o incremento qualitativo nas mudas produzidas, e a adoção de medidas para a sustentabilidade econômica dos viveiros. A produção de mudas de espécies nativas da Mata Atlântica em qualidade, diversidade e quantidade suficientes é um dos desafios para fortalecer a restauração da Mata Atlântica, da qual restam apenas 7% em fragmentos florestais bem conservados acima de 100 hectares.

Participaram do intercâmbio o Viveiro da Fundação Pró-Tamar, em Fernando de Noronha (PE), Viveiro Municipal de João Pessoa (PB), e o Viveiro da Agrovila Panorama, localizado em Medeiros Neto (BA).

Publicado: sexta-feira, 05 de abril de 2013, 11h27.

Inventário Florestal Nacional no Paraná terá participação da UFPR

Acordo de cooperação técnica entre o Serviço Florestal Brasileiro e a Universidade Federal do Paraná prevê que o controle de qualidade do IFN seja realizado pela instituição, uma das pioneiras do país no ensino das ciências florestais

O levantamento da qualidade e quantidade de florestas do Paraná por meio do Inventário Florestal Nacional (IFN) terá a participação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), com quem o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) assinou um acordo de cooperação.

A UFPR fará o controle de qualidade do IFN, que consistirá em ir a locais do estado já visitados pelas equipes de campo para medir novamente parâmetros como o diâmetro e altura das árvores, e avaliar a presença ou não de bromélias e orquídeas (epífitas), ou de camada de folhas e matéria orgânica no solo (serrapilheira).

Esse trabalho será realizado em cerca de 10% dos 152 pontos que serão levantados no estado. O objetivo é verificar se as medições foram realizadas corretamente e, assim, aumentar a confiabilidade dos dados do Inventário.

Para o SFB, a atuação conjunta com a UFPR é uma forma de envolver entidades de reconhecida capacidade acadêmica no Inventário. “As parcerias contribuem para que diferentes fontes alimentem a base de dados do IFN, possibilitando a produção de informações demandadas pela sociedade, que também são de interesse dessas instituições” afirma o gerente de Informações Florestais do SFB, Daniel Piotto.

Inicialmente, o IFN será realizado nas regiões Centro-Sul, Sudeste e Centro-Oeste, que abrangem 50 mil quilômetros quadrados do estado. Os recursos para a atividade vieram do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês), e são operados por meio da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

O Inventário Florestal Nacional abrangerá cerca de 20 mil pontos no país e permitirá avaliar os recursos florestais do território nacional, além do grau de utilização e importância deles para as populações rurais. A aplicação das informações do IFN está principalmente na formulação de políticas públicas conforme as necessidades e características das diversas regiões do país.

Publicado: quinta-feira, 04 de abril de 2013, 13h56.

Relatório mostra atividades realizadas pela Ouvidoria do SFB

Solicitações de emprego e estágio, denúncias de crimes ambientais e pedidos de informações são os temas mais presentes no contato com a área

Os tipos de demandas que chegam para a Ouvidoria do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e o encaminhamento que recebem são algumas das informações que podem ser encontradas nos relatórios de atividades disponíveis para consulta no site do SFB. “No segundo semestre de 2012, por exemplo, chegaram à Ouvidoria cerca de 130 demandas, das quais 85% eram solicitações, como pedidos de informações ou de publicações”, afirma a ouvidora Fernanda Campos.

Entre os temas mais presentes no relatório de atividades, relativo ao segundo semestre de 2012, estiveram solicitações de emprego ou estágio, com 17%; denúncias de crimes ambientais, com 11%; e informações sobre cursos e identificação de madeira, com 9%. O restante se divide entre pedidos de materiais, de informações sobre o Inventário Florestal Nacional (IFN), as concessões florestais, sobre o manejo florestal e a respeito das chamadas públicas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), entre outros.

Dos atendimentos realizados no período, 70% tinham relação com as atividades do SFB e foram respondidos pelo próprio órgão. Os outros 30%, porém, estavam relacionados a competências de outros órgãos ambientais, federais, estaduais ou municipais, para os quais foram enviados.

Ao entrarem em contato com o setor, 60% o fizeram por formulário eletrônico, que é um dos meios para contatar a área, ao lado do atendimento pessoal ou por telefone, por exemplo. Em relação ao público, 90% são de cidadãos, 9% de empresas, e o restante, associações, cooperativas, universidades e outras entidades.

De acordo com a Lei de Gestão de Florestas Públicas, a Ouvidoria do SFB deve elaborar anualmente dois relatórios de atividades e dois de apreciação sobre a atuação do SFB. Os relatórios de atividades devem ser encaminhados à Diretoria-Geral do órgão e ao ministro de Meio Ambiente.

Já os relatórios de apreciações devem ser encaminhados ao Conselho Diretor do SFB, à Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP), aos ministros do Meio Ambiente, da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e Chefe da Casa Civil da Presidência da República, bem como às comissões de fiscalização e controle da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Acesso à informação

Com a entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação (LAI), demandas que eram recebidas apenas pela Ouvidoria passaram a ser distribuídas também entre o

Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) no ano de 2012. Ambos funcionam como instrumento de controle social e exercício da cidadania.

No SFB, a Ouvidoria e o SIC funcionam integrados, característica que é valorizada pela Ouvidoria-Geral da União (OGU/CGU), pois fortalece a implementação da LAI nos órgãos da administração pública.

Veja como entrar em contato:

A Ouvidoria é o canal de contato entre a sociedade e o Serviço Florestal Brasileiro.

Por meio da Ouvidoria, os cidadãos e os servidores do SFB podem apresentar sugestões, denúncias, solicitações, sugestões, elogios e críticas sobre o SFB e suas atividades. Os relatórios estão disponíveis no [site](#) da Ouvidoria.

As formas de contato são:

Telefone: (61) 2028-7120

Fax: (61) 2028-7001

E-mail: ouvidoria@florestal.gov.br

Formulário eletrônico: www.florestal.gov.br/ouvidoria

Atendimento pessoal: SCEN Trecho 2, Bloco A do LPF, sala 22, CEP: 70.818-900

Horário de funcionamento: de 8h às 12h e de 14 às 18h.

Publicado: quarta-feira, 03 de abril de 2013, 13h57.